



Ata nº 4/2025 – Sessão Ordinária vinte e seis de junho de 2025

-----Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, no auditório da Casa da Cultura de Góis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. -----

-----Pelas dezoito horas a senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz, Presidente da Assembleia Municipal, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, dando a palavra à Técnica Superior da Câmara Municipal, Liliana Maria Rosa Pinto, que procedeu à chamada: -----

-----**Presidente:** Maria Helena Antunes Barata Moniz (GCE “Independentes por Góis”);-----

-----**Primeira Secretária:** Aida de Jesus Garcia Martins Baeta (Partido Socialista);-----

-----**Segunda Secretária:** Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões (GCE “Independentes por Góis”) .-----

-----**Partido Social Democrata:** -----

-----Nuno Miguel Almeida Alves Baeta; -----

-----Filomena Maria de Matos Geraldès;-----

-----José Ricardo Rosa de Carvalho;-----

-----Luís Virgílio de Abreu Afonso;-----

-----Dulce Maria Filipe Cruz;-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta;-----

-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches.-----

-----**Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes por Góis”:** -----

-----José Carlos Rodrigues Garcia;-----

-----Amílcar José Barata Aleixo; -----

-----Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão.-----

-----**Partido Socialista:** -----

-----Ricardo José Duarte Ventura;-----

-----Nuno Pedro Tavares Nascimento.-----

-----**Presidentes das Juntas de Freguesia:** -----

-----Alvares - Victor Manuel Fonseca Duarte (GCE “Independentes por Góis”); -----

-----Góis - Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira (Partido Social Democrata); -----

-----União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal - Carlos da Conceição Jesus (GCE “Independentes por Góis”); -----

-----Vila Nova do Ceira - António Alberto Figueiredo Machado (Partido Social Democrata). -----

FALTAS:
Amílcar José Barata Aleixo (Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis);
Nuno Miguel Almeida Alves Baeta (Partido Social Democrata);
João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta (Partido Social Democrata);
José Ricardo Rosa de Carvalho (Partido Social Democrata);
Nuno Pedro Tavares Nascimento (Partido Socialista).
SUBSTITUIÇÕES:
Foram substituídos os seguintes membros:
Amílcar José Barata Aleixo foi substituído por Antonino dos Prazeres Antunes;
Nuno Miguel Almeida Alves Baeta foi substituído por Hugo Miguel Nunes Gonçalves;
João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta foi substituído por Maria do Rosário Ferreira Nogueira Rosa;
José Ricardo Rosa de Carvalho foi substituído por Erminda Maria Alves Muro.
A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que os membros ausentes justificaram a sua falta, tendo a mesa aceite e validado a justificação.
Câmara Municipal:
Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças:
Presidente da Câmara: António Rui de Sousa Godinho Sampaio.
Vereadores:
José Alberto Domingos Rodrigues;
Graciano Antunes Rodrigues;
Bárbara Patrícia Correia Serra.
A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o senhor Vice Presidente da Câmara Municipal, Nuno Miguel Martins Bandeira, justificou a sua ausência.
De seguida, foi pela Segunda Secretária, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, lida a Ordem do Dia, a saber:
ANTES DA ORDEM DO DIA:
1. Aprovação da Ata Nº 3/2025
2. Informação sobre o Expediente da Assembleia Municipal
3. Apreciação de Assuntos de Interesse para o Município
ORDEM DO DIA:
1. Discussão e Votação da Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal

-----2. Discussão e Votação da Proposta de Revisão do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Góis-----

-----3. Discussão e Votação da Aprovação da Delegação de Competências do Município na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra necessária à Implementação do Sistema de Autoconsumo Coletivo de Energia da Região de Coimbra (SIAC-RC) e à Constituição das Comunidades de Energia Renováveis (CER) e Autorização para a Repartição de Encargos Plurianuais-----

-----4. Discussão e Votação da Prestação de Contas Consolidadas/Ano 2024-----

-----5. Conhecimento da Certificação Legal de Contas Consolidadas (Relatório do Auditor Independente) /Ano 2024-----

-----6. Discussão e Votação da Modificação aos Documentos Previsionais Nº 11/2025/Revisão ao Orçamento Nº 3 e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) Nº 3-----

-----7. Conhecimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)/Autorização Prévia Genérica para a Assunção de Compromissos Plurianuais - Ano 2025 – Comunicação Periódica-----

-----8. Conhecimento do Relatório da Atividade Económica e Financeira da Câmara Municipal-----

-----**PÚBLICO**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal relativamente ao Ponto 3. da Ordem do dia, Discussão e Votação da Aprovação da Delegação de Competências do Município na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra necessária à Implementação do Sistema de Autoconsumo Coletivo de Energia da Região de Coimbra (SIAC-RC) e à Constituição das Comunidades de Energia Renováveis (CER) e Autorização para a Repartição de Encargos Plurianuais, referiu entender que, pela complexidade e densidade da documentação, o assunto deveria ter sido apresentado e discutido numa sessão extraordinária, uma vez que se trata de um documento técnico o que em nada abona a uma fácil leitura do mesmo. Nesse sentido, informou que o senhor Presidente da Câmara Municipal convidou a empresa responsável pela elaboração do documento para a CIM RC para apresentar o documento, estando online o senhor Prof. Doutor Carlos Lobo e o senhor Eng.º José Bessa. -----

-----Face ao exposto, propôs à Assembleia Municipal que, excecionalmente, se iniciassem os trabalhos pelo Ponto 3. da Ordem do Dia, tendo colocado a proposta à votação, a qual foi votada por unanimidade.-

-----**3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA APROVAÇÃO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA NECESSÁRIA À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOCONSUMO COLETIVO DE ENERGIA DA REGIÃO DE COIMBRA (SIAC-RC) E À CONSTITUIÇÃO DAS COMUNIDADES DE ENERGIA RENOVÁVEIS (CER) E AUTORIZAÇÃO PARA A**

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que para a discussão e votação do presente assunto todos têm a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco, bem como a respetiva documentação que serviu de base para deliberação, tendo dado a palavra ao senhor Prof. Doutor Carlos Lobo e ao senhor Eng.º José Bessa para apresentarem o assunto em análise.-----

-----O senhor Prof. Doutor Carlos Lobo, responsável jurídico pela proposta que se encontra em discussão, referiu que esta se traduz na criação ao nível da CIM RC de um sistema de autoconsumo coletivo intermunicipal na produção de energia elétrica de painéis fotovoltaicos. Referiu que no futuro teremos que rever o que foi o passado. Ou seja, historicamente em Portugal o poder da produção de energia elétrica era municipal antes de ter sido centralizado na EDP, sendo por isso que, ainda hoje, a concessão de baixa tensão é dos municípios, tendo-se verificado que ao longo dos tempos os municípios perderam as valências que lhes permitiam gerir essa rede. Referiu que a diferença que atualmente vivenciamos é que com a produção e a instalação destes meios de produção descentralizados os sistemas de produção que se encontravam centralizados nas centrais termoelétricas e nas hidroelétricas, neste momento, estão a regressar novamente ao território. Por isso, referiu ser mais do que adequado criar um projeto ao nível intermunicipal tendo em consideração as economias de escala e as economias de rede que devem devolver aos municípios precisamente estas competências para a produção fotovoltaica, sendo este o projeto que se encontra a ser apresentado, ou seja, um projeto inovador que a CIM RC visa efetivamente devolver. Sobre as vantagens que o mesmo tem para o Município de Góis referiu que na prática o projeto visa permitir ao Município de Góis produzir, exclusivamente, a integralidade da energia que consome ao nível dos seus pontos de consumo. Este modelo de produção descentralizada permite efetivamente que as entidades públicas, nomeadamente, as entidades de baixa densidade, possam efetivamente produzir a energia que consomem. E, na prática, ao consumirem a energia que produzem, há uma poupança significativa ao nível do custo, ou seja, mesmo que nos limitássemos ao preço base do concurso público que irá ser lançado nós estimamos que somente a utilização do preço base isso significava uma poupança de pelo menos de 20% no custo total de energia que o Município atualmente paga na aquisição no mercado aberto. Obviamente que se trata do preço base pelo que esperamos que ao nível do preço concorrencial haja uma redução ainda mais significativa da tarifa ao nível da CER. Uma outra vantagem é permitir ao Município de Góis a recuperação das suas competências ao nível do mercado de eletricidade, ou seja, nós temos CER, temos à parte da mobilidade que os municípios, atualmente, se encontram a desenvolver, sendo este o primeiro passo para a vertente de energia. A CER do Município de Góis

centralizada ao nível de uma subestação que serve Góis vai permitir precisamente que o concessionário, que irá ganhar este concurso, tenha que fazer transferência de conhecimento e formação a funcionários dos municípios para precisamente no futuro possam os mesmos vir a operar. Referiu ser um ponto de partida, ou seja, estamos a partir dos consumos municipais para que depois, no futuro, esta comunidade de energia pagar aos particulares, aos privados, aos cidadãos e às empresas, porque é entendido que futuramente o custo da energia irá ser uma variável fundamental na atração de investimento e na criação e riqueza. E, são os municípios de baixa densidade que têm capacidade de produzir energia a um valor mais barato e mais próximo do local potencial de produção que vão permitir oferecer ao seu território de uma forma mais atrativa do que um município de alta densidade onde essa energia não possa ser produzida de uma forma tão próxima. Efetivamente este é um ponto de partida para que os Municípios possam recuperar as suas valências ao nível da produção energética e que os Municípios de baixa densidade, em particular, possam remontar ou montar uma cadeia de valências competitivas e que lhes permitam efetivamente competir. Ou seja, não considera correta uma total transmissão das competências de progressão ao mercado pelo que pensa que a entidade pública deve manter e estruturar essa oferta.-----

-----Relativamente ao custo para o Município de Góis desta operação referiu não haver qualquer custo, uma vez que o que está previsto ao nível do concurso, é que quem irá ganhar o mesmo, vai ter a obrigação de efetuar todo o investimento, sendo que esse investimento, obviamente, vai ser recuperado nos termos do prazo de concessão com a venda da energia da CER. Prevê-se igualmente um travão, i.e., a venda da energia da CER nunca pode ultrapassar o valor do mercado popular, ou seja, em nenhuma circunstância a CER vai vender energia a um valor superior ao do mercado. É um facto que não podemos prever o futuro, o preço na energia sobe e desce, mas sabemos que nas regras deste concurso o valor que o Município, no prazo de concessão, comprará energia à CER, nunca será superior à que compraria no mercado aberto. Este é um projeto transversal de toda a CIM RC todos os municípios têm vindo a aprovar esta iniciativa.--

-----O senhor Eng.º José Bessa, responsável pela parte técnica do projeto, na sequência das palavras ora proferidas, referiu que na instalação dos painéis fotovoltaicos temos que dividir entre o centralizar e o descentralizar, em que o centralizado são instalações de grande dimensão, i.e., uma barragem, havendo agora uma série de instalações descentralizadas, as quais têm a vantagem de terem uma economia de escala, sendo instalações de grande dimensão e com grande poder negocial, tendo também a vantagem de contribuírem mais rapidamente para os objetivos da descarbonização, mas por outro lado têm perdas de energia na rede, têm a questão do impacto ambiental que geram. O descentralizado, a instalação fotovoltaica, em que a comunidade de energia é descentralizada, sendo que a vantagem que tem face à

centralizada é que tem uma máxima isenção do autoconsumo, porquanto a produção está muito próxima do consumo, não tendo também agregada a questão do impacto ambiental. Com esta comunidade de energia intermunicipal irá ter vantagem pelo facto de conseguirmos ir buscar uma das vantagens da instalação centralizada, nomeadamente, a economia de escala, sem os problemas tanto do impacto ambiental, como das perdas de rede, pois estamos com o consumo muito próximo da rede. Referiu que as comunidades de energia são recentes e mesmo estas ainda se encontram num processo de aprendizagem para se readaptar às comunidades de energia, para além de uma comunidade de energia convencional ser uma coisa nova o que é um facto é que uma comunidade de energia desta dimensão a abranger tantos municípios é novidade. Fez ainda alusão à legislação para o efeito. Referiu a necessidade de serem criadas subestações estando o Município de Góis associado à CER da Lousã. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que na sequência das palavras do senhor Prof. Doutor Carlos Lobo levantou-se uma dúvida relativa à sede de Góis, porém na intervenção do senhor Eng.º José Bessa ficou esclarecida pois não existe nenhuma CER em Góis, estando o Município de Góis integrado na CER da Lousã.-----

-----O senhor Eng.º José Bessa referiu que a denominação CER da Lousã foi na sequência do nome dado pela E-Redes à mesma a qual abrange vários municípios, havendo vários municípios que se encontram agregados em mais do que uma comunidade.-----

-----O senhor Prof. Doutor Carlos Lobo referiu tratar-se de um processo complicado tendo sido criado conjuntamente com a E-Redes, a Direção Geral de Energia e, até mesmo, com o próprio Governo, ou seja, a legislação foi, por duas vezes, alterada, para que estes processos pudessem ser possíveis, i.e., na prática permitirem que os municípios recuperassem as suas valências ao nível da produção de energia. Tecnicamente, no final, teve-se que agregar os municípios de acordo com uma coisa que a DGE e a E-Redes denominam como Áreas de Rede. Uma área de rede é aquela que é coberta por uma subestação, ou seja, cada CER está integrada de acordo como alcance de uma subestação, sendo importante porquanto toda a produção que for gerada dentro da área desta subestação. A CER permite que não paguemos as tarifas de utilização da rede, ou seja, sendo também uma poupança muito significativa ao nível dos custos gerais de produção. Na prática as CER estão a ser criadas ao nível da CIM na sua abrangência geográfica, mas sempre nas áreas de cada subestação da rede. Está a ser criada uma unidade de gestão ao nível da CIM que gere de uma forma integrada tudo isto sendo aqui que conseguimos efetivamente os ganhos que, depois permitem aos municípios ter uma tarifa muito mais baixa do que aquela que teriam se adquirissem a energia à rede normal. Sendo essa energia adquirida em rede, em termos normais, tem dentro os custos de utilização da infraestrutura, pelo que com a criação das

subestações não iremos pagar estas taxas de utilização da infraestrutura. Acresce a existência de uma grande diferença é que na prática não estamos a comprar energia, ou seja, na prática estão a amortizar os painéis fotovoltaicos que no final vão reverter para os municípios. Na prática ao que está a ser feito é, embora tecnicamente não corresponda à verdade, em termos muito básicos é dizer basicamente vocês estão a comprar os painéis fotovoltaicos, dentro de um prazo, e na prática vão comprar os painéis pagando a energia que eles produzem. Quando os painéis estiverem integralmente pagos, de acordo com as variações do preço da rede, estes revertem para a CIM ou para o Município no caso de a CIM assim o entenda, ou seja, o Município tem uma possibilidade no contrato de a qualquer momento readquirir esses painéis, obviamente, pagando aquilo que falta para amortizar no custo da concessão. Existe uma cláusula de saída, i.e., a qualquer momento se o Município desejar poderá adquirir, caso consiga um crédito ou se houver um apoio excecional pode ir, basicamente, procurar os painéis. O objetivo nesta agregação de municípios é permitir que estes recuperem efetivamente estas capacidades de produção, se treinem, se formem e que este seja o ponto de partida, ou seja, no final o modelo não pretende que fique associado somente aos consumos municipais, sendo este o ponto de partida, no final queremos que todos os munícipes de Góis possam ter energia mais barata através desta CER que é gerida e vai nascer neste momento sendo este o ponto de partida. Numa outra dimensão podemos criar centrais electroprodutoras de média dimensão na CIM e que poderá tornar a comunidade intermunicipal numa exportadora líquida de energia ou um território que pode oferecer a investidores energia verde certificada a um custo mais baixo tendo em consideração as suas valências próprias de produção.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou se há alguma previsão do espaço temporal para reversão do investimento inicial.-----

-----O senhor Professor Carlos Lobo referiu que o estudo de viabilidade financeira anexo à documentação facultada, realçando que o Município de Góis não irá gastar qualquer valor uma vez que quem irá investir será o privado vencedor do concursos, ou seja, aquele que oferecer mais baixa ao Município no menor prazo de tempo, sendo que no final os painéis serão do Município, tendo para o efeito procedido a alguns esclarecimentos.-----

-----O senhor Eng.º José Bessa para melhor esclarecimento referiu a existência de uma fatia de consumo que deixará de vir da rede de distribuição sendo que a mesma irá ser bem mais barata que se fosse adquirida à rede de distribuição, é um facto que irá ser paga mas por um valor inferior. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu estarmos perante um assunto que foi presente ao Executivo não tendo havido a possibilidade deste ser apresentado, face aos timings curtos que fomos confrontados, a par com o volume da documentação que nos foi remetida, pelo que os serviços

elaboraram uma informação baseada em toda a documentação que nos foi presente e que foi necessária aprovar pelo órgão executivo e também presentemente pelo deliberativo. Em termos de materialização do projeto referiu desejar que a mesma fosse elucidada, ou seja, inicialmente foram sinalizados um conjunto de equipamentos municipais onde existe despesa de eletricidade pelo que a nossa comunidade vai funcionar nestes, ou seja, depreendeu que a instalação dos painéis e das UPAC's irá ser nesses equipamentos, pelo que entende ser de todo importante que se fizesse uma breve explicação para todos percebermos como é que irá ser operacionalizado e como é que funcionará e, no futuro, a integração dos privados e das empresas também como é que se processará.-----

-----O senhor Eng.º José Bessa em relação à instalação referiu terem sido definidos sete locais para esse mesmo efeito, sendo estas orientações para quem concorrer, ou seja, terão que ser efetuadas visitas aos locais bem como análises estruturais dos próprios locais para depois se tomarem as decisões de instalação. Referiu serem 7 instalações em Góis ficando estas ligadas ao quadro geral de baixa tensão e farão a injeção da energia. Acresce que a legislação para o efeito permite que o conjunto destas 7 instalações e, posteriormente, o conjunto de todas as instalações de todos os Municípios funcionem como um centro electroprodutor, ou seja, aqui em Góis temos uma instalação com cerca de 350 kw que funciona como um centro electroprodutor único sendo que irá distribuir a energia para cada um dos CPR que nos foi enviado de acordo com uma chave de partilha que acabou por ser definida em função do consumo que cada um destes edifícios terá. -----

-----O senhor Prof. Doutor Carlos Lobo referiu que a partir do momento em que o sistema esteja operacional obviamente que haverá vantagem na sua expansão, realçando que nesta fase somente foram colocados os Municípios pelo facto da contratação pública do Tribunal de Contas, tendo para o efeito procedido aos esclarecimentos. A partir do momento em que o sistema esteja montado há uma obrigação da liberdade de acesso das empresas e dos particulares a esta comunidade de energia, ou seja, os privados que queiram aliar-se no momento próprio poderão fazê-lo. Na prática poderemos criar todo um sistema cooperativo de produção de energia que é precisamente a lógica da comunidade de energia em que o Município é o garante e dá confiança ao particular e à empresa que o sistema é sério e que não há aqui nenhuma volúpia lucrativista subjacente e que no final estão todos a contribuir para que a energia para todos fique mais barata. Isto porque a lógica da comunidade de energia, o ganho que se obtém decorre não só da proximidade da existência de verbas, mas também da proximidade de estarmos só numa área de rede e em termos legais não teremos que pagar a tarifa de transporte de energia que é muito alargada, mas também decorre da diferença dos perfis de consumo, tendo para o efeito explicado. -----

-----A senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta referiu ter compreendido que o projeto em termos

económicos é muito interessante para o concelho e também para a CIM RC, contudo da análise feita à documentação suscitaram-lhe algumas dúvidas, tendo para o efeito procedido à leitura de parte da intervenção do senhor Presidente constante no parcelar da reunião da Câmara Municipal onde foi o assunto presente, ou seja, *“estes equipamentos irão permitir a produção de autoconsumo de energia e a colocação na rede, permitindo otimizar, e, no caso de podermos ser confrontados com “um apagão”, semelhante ao ocorrido durante o mês de abril, podermos manter os nossos equipamentos em funcionamento.”*, tendo efetivamente sido motivo de dúvida, pois nas explicações, ora prestadas, foi utilizado o termo baterias, salientando ter consultado documentação, tendo aprendido que a distribuição de energia é em contínuo portanto, ou seja, no caso de abril foi pelo facto de estarmos em contínuo com o país vizinho. Tendo o Município uma subestação da qual usufruímos referiu ter ficado com dúvidas em relação ao apagão, i.e., questionou de como é que estaremos protegidos no sistema geral da ocorrência de anomalias. É um facto que tendencialmente irão aparecer muitas centrais fotovoltaicas no país e que de esta maior pressão de potência para a rede geral que provoca uma maior pressão na distribuição. Portanto, referiu que temos aqui alguma pressão que iremos colocar na rede e que pode dar alguma desestabilização à rede em geral e, por outro lado, estaremos ou não salvaguardados de uma apagão geral.-----

-----O senhor Eng.º José Bessa referiu que nesta primeira fase, ainda sem as baterias, não fará com que numa situação de apagão, semelhante ao que houve, mas sim farão uma leitura de rede adaptando-se a esta, por isso quando a frequência desaparece o fotovoltaico também desaparece. O que está a surgir são hipóteses de colocação de baterias que de facto poderão ajudar numa situação de apagão resolvendo uma série de problemas. É um facto que o sistema fotovoltaico evoluiu muito nos últimos anos, tanto em termos de tecnologia, como em preço, situação que não aconteceu com as baterias estando presentemente no início dessa mesma evolução. Relativamente à interferência que isso possa trazer na rede referiu que o fotovoltaico não faz interferência na rede, fazendo sim uma leitura de rede e ao fazê-la adapta-se ao que ela tem. O problema reside quando existe um excesso de fotovoltaico poderá haver excesso de leitura, tendo para o efeito explicado o porquê de poder vir a falhar.-----

-----O senhor Prof. Doutor Carlos Lobo referiu que a partir do momento em que é permitido criar a unidade da CER tendo como base a subestação significa que é um primeiro passo para podermos construir um modelo de gestão da rede com base nas chamadas ilhas de energia tomando como base a subestação. Significando isto que a produção descentralizada, tal como está a ser proposta, é mais favorável em termos de alinhamento de consumo do que uma produção de base centralizada. Sobre o apagão referiu que ainda não se sabe o porquê, contudo uma das hipóteses foi a de que teria havido um grande volume

de produção fotovoltaica e que teria afetado a inércia, tendo para o efeito procedido aos devidos esclarecimentos. -----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia agradeceu as explicações técnicas apresentadas tendo estas sido elucidativas do que se pretende com o projeto. Sendo a energia produzida através de painéis fotovoltaicos referiu que haverá alturas em que há uma produção excessiva de energia pelo que questionou se a mesma é transferida para a E-Redes, ou quando se verifica falta energia nos edifícios onde irão ser colocados os painéis essa poderá ser encaminhada para os mesmos. Ainda sobre o projeto questionou se o mesmo é fechado à CIM ou se outros concelhos vizinhos que não pertencem a Comunidade Intermunicipal possam também usufruir deste sistema.-----

-----O senhor Eng.º José Bessa referiu que efetivamente haverá alturas em que haverá excesso de energia fotovoltaica, nomeadamente, dias feriado, a vantagem é que tem uma unidade normal para produção e consumo a hipótese que tem é vendê-la à rede, sendo que também neste caso poderá ser vendida à rede, mas uma comunidade de energia renovável pode fazer acordos PPA, ou seja, pode fazer acordo com determinado consumidor e vender-lhe diretamente a energia, possibilidade prevista na legislação de energias renováveis. Sempre que a produção fotovoltaica não consegue cobrir as necessidades o que acontece é que estes sistemas dão sempre prioridade ao fotovoltaico e depois a quantidade de energia que falta face ao consumo que se tem vai-se buscar à rede. -----

-----O senhor Prof. Doutor Carlos Lobo referiu não se tratar de uma questão municipal, ou seja, estamos a organizar em termos de comunidade intermunicipal tendo sido esta a dimensão regional permitida por lei, pelo que receia que se um município vizinho não pertencer à mesma CIM queira participar, tem receio das interpretações restritivas do Tribunal de Contas no que diz respeito ao âmbito e às atribuições do sector empresarial local apesar de ser uma entidade privada. -----

-----A senhora Filomena Maria de Matos Geraldês iniciou a sua intervenção saudando a CIM da Região de Coimbra pela iniciativa de avançar para a elaboração e implementação de um projeto de autoconsumo coletivo de energia que tem vindo a ganhar destaque em Portugal (e na União Europeia em geral) no contexto da transição energética e do combate às alterações climáticas. Trata-se de uma abordagem alinhada com os objetivos de neutralidade carbónica definidos para 2050, e tem como base a produção descentralizada de energia renovável, com ênfase em comunidades locais, tendo apresentado como exemplos em Portugal o Município de Cascais: Projeto piloto de autoconsumo coletivo com edifícios municipais e habitação social; Lisboa E-Nova: Projetos de autoconsumo com escolas e juntas de freguesia e a CIM do Médio Tejo: Estudos e candidaturas para instalar sistemas de autoconsumo em escolas e hospitais. Referiu que este projeto fundamenta-se em 3 conceitos muito relevantes que o tornam, quando

devidamente operacionalizados, muito vantajosos para as populações onde são implementados: 1º O autoconsumo coletivo permite que vários consumidores partilhem a energia produzida por uma ou mais unidades de produção (UPACs – Unidades de Produção para Autoconsumo), geralmente com base em fontes renováveis, como o solar fotovoltaico. Esses consumidores podem ser: Municípios, Habitações particulares, Empresas Escolas, IPSS, hospitais, etc. A energia gerada é partilhada entre os participantes de acordo com um modelo de repartição previamente definido (ex: em função do consumo, da potência contratada, ou de percentagens fixas); 2º A descentralização energética é o oposto do modelo tradicional centralizado (onde grandes centrais produzem energia que é distribuída para todo o país). Num modelo descentralizado: A produção de energia ocorre localmente, junto dos consumidores (ex: painéis solares em escolas, edifícios públicos, lares, habitações); Os municípios, comunidades ou cooperativas produzem parte ou a totalidade da sua própria energia.; Há vários pontos de geração espalhados, ao invés de depender apenas de grandes centrais. A vantagem será a existência de menor dependência da rede nacional, mais controlo local, menos perdas na transmissão e melhor adequação à procura; 3. A resiliência energética refere-se à capacidade de um sistema energético local continuar a funcionar durante falhas, picos de procura ou desastres naturais. O que presumo no contexto de uma CIM ou município: Se houver uma falha na rede nacional, os sistemas locais podem continuar a fornecer energia (por exemplo, a escolas ou centros de saúde); As comunidades ficam menos vulneráveis a choques externos, como aumentos de preços ou interrupções no fornecimento. A vantagem traduz-se numa maior segurança energética para serviços essenciais e populações. Contudo, apesar das muitas vantagens dos sistemas de autoconsumo coletivo e da produção descentralizada com armazenamento, há também riscos e desvantagens que devem ser considerados — tanto do ponto de vista técnico, económico como social e legal.-----

-----Terminou, referindo existir um investimento inicial elevado, pelo que desejaria que lhe fosse explicado, um pouco melhor, que custo caberá ao nosso município e durante quantos anos.-----

-----O senhor Prof. Doutor Carlos Lobo referiu que o concessionário que irá ser escolhido será aquele que oferecer a tarifa mais barata durante o menor período de tempo para a recuperação do seu investimento, ou seja, o próprio investe um determinado valor e depois deseja recuperar o seu investimento, num determinado período de tempo, com uma determinada tarifa, quem apresentar um menor retorno pretendido será o que irá ganhar o concurso, não cabendo ao Município o pagamento de nada, apenas irá pagar o valor de aquisição de energia que já pagaria se adquirisse a energia no mercado.-----

-----O senhor Eng.º José Bessa referiu que ao se elaborar as peças de concurso referiu que na base do concurso são 20 anos de concessão 10,33 KAW, naturalmente que será mais baixo do que estes valores, sendo que o valor de € 1 228 853,16 será o valor que o Município de Góis pagará em eletricidade durante

vinde anos, naturalmente que o Município irá pagar a eletricidade à concessionária, mas será um valor inferior ao que atualmente paga. Ainda sobre o valor em questão referiu que é nos piores cenários pois perspectiva-se que o valor a pagar será inferior.-----

-----O senhor Prof. Doutor Carlos Lobo referiu que o Município nunca pagará na CER mais do que pagaria no mercado, ou seja, se por alguma razão o valor do mercado baixar o valor da CER baixa também, i.e., o Município não pagará mais em nenhuma circunstância. Acrescentou que poderá, eventualmente, haver uma extensão do período da concessão para o concessionário recuperar este défice tarifário, estando esta situação prevista no contrato. Enquanto presentemente estão a pagar energia não tendo nenhum retorno no referido sistema no final ficarão com os painéis, sendo que se o investimento for recuperado no período de 16 anos os painéis que irão ser colocados ainda terão um período de vida útil de, pelo menos, 9 a 10 anos, sendo que na sua substituição os custos mais significativos, não somente os painéis, mas também a instalação, já se encontram feitos. -----

-----O senhor Antonino dos Prazeres Antunes questionou de quem será a rede de distribuição, sendo provavelmente do concessionário que irá ganhar o concurso. No âmbito de processos semelhantes referiu a existência de empresas que desejavam concorrer para a exploração desta energia, não sendo do seu interesse em concorrer no interior do país, mas sim nas grandes cidades urbanas. Fez ainda alusão à medida de corrente elétrica atual de 100 A que futuramente poderá haver a necessidade de aumentar a mesma. Sobre a duração das baterias referiu ter uma idade média de 10 anos, sendo que durante o dia está tudo preparada para a fotovoltáica e à noite teremos que a comprar a alguém. Relativamente ao apagão referiu ser sua teoria que houve alguém que tomou esse procedimento pelo facto de entender que manda, sendo do conhecimento geral que, nos dias de hoje, as subestações estão abandonadas, as barragens também, tendo o país parado, referindo ainda, que é através do Porto que são tomados procedimentos de ligar/desligar qualquer subestação e barragens, não tendo havido acesso para proceder a qualquer tipo de ligação, ao invés do que aconteceu quando foi o apagão somente no nosso país que em pouca horas voltou à normalidade.-----

-----O senhor Prof. Doutor Carlos Lobo referiu que ao nível dos modelos atuais de distribuição de energia ninguém quer saber das áreas de baixa densidade, estas encontram-se abandonadas, até mesmo a EDP está mais preocupada com os mercados internacionais do que com os mercados internos e ainda para mais com zonas de baixa densidade. Pelo que se os Municípios não tomarem conta disto o que será dos mesmos, ou sejam, ficam à mercê de decisores que não querem saber de nada, sendo efetivamente este projeto para combater essa situação, é um projeto político por ter-se verificado que havia um abandono de determinadas zonas do território que têm a capacidade de produzir a própria energia se se

organizarem. Foi por isso que desafiou a CIM RC a desenvolver este projeto para que esta zona do país possa recapturar ao nível regional estas valências de produção, para que tudo o que já foi dito e que corresponde à verdade, possa ser resolvido. Caso não se faça nada esta região ficará abandonada, tendo efetivamente sido por mero acaso que notou que a estrutura da concessão da baixa estava a ser feita da forma que expôs, ninguém tinha consciência do que se estava a passar, sendo óbvio que os Municípios de alta densidade ganhavam e ficariam com uma tarifa muito mais baixa. Porém, à custa dos de baixa densidade e dos que têm micro densidade pelo que não importa esperar que nos custos da infraestruturação Góis passe à frente de Lisboa ou do Porto é um facto que nunca irá acontecer atendendo ao retorno que num modelo centralizado dá para a empresa em Lisboa ou no Porto relativamente a Góis.-

-----O senhor Eng.º José Bessa referiu que relativamente à rede de distribuição, concorda que terá que existir investimento na rede de distribuição porquanto tem alguns falhas, mas sendo isto uma instalação descentralizada a consequência é não sobrecarregar a infraestrutura. Em relação às baterias referiu que nesta primeira fase não haverá este equipamento o qual será instalado mais tarde. Em relação à produção referiu que se se tiver um determinado consumo na ordem dos 75% de capacidade para produzir esses 75% que estão a ser produzidos são autoconsumidos e os restantes 25% vão à rede, ou seja, a infraestrutura não é tão carregada, mas estará lá sempre para dar resposta face ao que se tem. -----

-----Ainda nesta matéria o senhor Prof. Doutor Carlos Lobo referiu o desafio é que esses 25% não irão para a rede, mas possam ser distribuídos também a um preço minorado a cidadãos necessitados ou a empresas da região. -----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura referiu que de acordo com a informação ora prestada depreende-se que a própria operação deste processo foi extremamente complicada, sendo também para a Assembleia Municipal um processo de difícil decisão, face ao timing dado para analisar a documentação e poder ser feita uma consulta mais profunda à temática em questão. Efetivamente a apresentação técnica dá-nos uma perspetiva muito positiva sobre a implementação este projeto, traduzindo-se num benefício para todos os municípios, questionando quais as possíveis desvantagens/riscos em todo este processo, salientando que numa primeira será a empresa vencedora responsável pela aquisição dos painéis fotovoltaicos, questionando se nesta mesma fase não poderão ser os municípios a fazê-lo, ao invés de posteriormente ser dada essa mesma faculdade. Mais questionou se a colocação dos painéis será sempre na cobertura dos edifícios não havendo num outro momento a possibilidade destes equipamentos serem colocados em terrenos. -----

-----O senhor Prof. Doutor Carlos Lobo referiu que o Município de Góis poderá avançar com a aquisição dos equipamentos, a par com o investimento que irá ser feito através da CER, tendo para o efeito prestado

os devidos esclarecimentos das metodologias que poderão ser adotadas, não havendo qualquer tipo de direito monopolista do concessionário em relação às opções municipais, ou seja, o concessionário terá que provar que é melhor do que os restantes no sentido de atrair os privados. Relativamente às localizações dos equipamentos referiu que foi efetuado um trabalho na identificação das localizações precisamente para minimizar os riscos de colocação dos centros electroprodutores em locais menos próximos do ponto de injeção, sendo estes meramente identificativos por não ter sido verificada a estrutura de estabilidade dos telhados, podendo naturalmente serem escolhidas outras áreas, tendo ainda procedido a esclarecimentos sobre todo o processo.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a senhora Dulce Maria Filipe Cruz entrou na sessão após o período legalmente previsto, o que teria direito a falta. No entanto, dado que ainda estamos na discussão do primeiro ponto e, pelo facto de não ter havido, qualquer discussão anterior, a mesa da Assembleia Municipal considerou justificada a sua falta.-----

-----Seguidamente, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal a presença da Equipa Técnica que elaborou o projeto que procederam aos devidos esclarecimentos, agradecimento extensivo aos mesmos, pelo que tendo a todos os documentos necessários para poder deliberar sobre o assunto, colocou o assunto à votação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quinze votos a favor e três abstenções, dos membros Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão, Carlos da Conceição Jesus e Antonino dos Prazeres Antunes:-----

-----a) Autorizar a celebração de contrato de delegação de competências entre o Município e a CIM-RC, nos termos das minutas de Contrato de Delegação de Competências e do Caderno de Encargos;-----

-----b) Autorizar a assunção de compromisso plurianual, nos termos descritos na proposta; -----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus apresentou a seguinte declaração de voto: “Após questão apresentada sobre as linhas de alta tensão e resposta por parte da equipa técnica referiu que pelo que percebeu a mesma não terá sido muito explícita, pelo que o seu sentido de voto incide sobre essa mesma questão.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 3/2025**-----

-----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato

submetida à apreciação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº 3/2025.-----

-----Em conformidade com o nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, os membros Antonino dos Prazeres Antunes, Hugo Miguel Nunes Gonçalves, Erminda Maria Alves Muro não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão a que a mesma respeita.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz informou que o expediente remetido à Assembleia Municipal que considera importante e relevante é encaminhado aos senhores líderes dos Grupos Municipais existindo outro que é também remetido para todos os membros da Assembleia Municipal. Apenas deu conhecimento da reeleição para Presidente da CPCJ de Góis, da Comissária Marta Raquel Garcia Alves, Representante do Município, para o triénio 2025/2028, tendo sido designada para Secretária da Comissão, a Comissária Ana Sofia Bandeira Dias Nogueira, Representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação, apresentando, em nome da Assembleia Municipal, felicitações da Assembleia Municipal a ambas Comissárias, fazendo votos para que continuem o excelente trabalho em prol do superior interesse das crianças e jovens do concelho. Referiu que no âmbito do protocolo celebrado entre a ANAM e o IPPS-ISCTE, a ANAM remeteu a Assembleia Municipal o relatório que procura compreender a perceção dos portugueses sobre temas fundamentais para o nosso trabalho: municipalismo, desconcentração e descentralização de responsabilidades nas políticas públicas, e regionalização, tendo o mesmo sido encaminhado a todos os membros da Assembleia Municipal. Referiu que o estudo refere que os portugueses, inquiridos neste estudo, confiam mais nas autarquias do que na Administração Pública, na Comunicação Social, na Justiça, no Governo e na Assembleia da República, pelo que esta facto só nos pode deixar orgulhosos do trabalho que fazemos em prol da nossa população, havendo um outro aspeto neste estudo que importa salientar é que as pessoas consideram que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia são quem mais se preocupa com as pessoas e a satisfação com a generalidade dos serviços prestados a nível municipal é elevada. É ainda de salientar que os inquiridos consideram que as Autarquias implementam melhor as políticas públicas do que a Administração Central, assim como também acham que as Autarquias deviam ter mais competências. Relativamente à Regionalização, referiu ter sido para si uma surpresa, o facto que a maioria dos inquiridos, 71%, considera que sobre esta questão deve haver novo referendo. Referiu reputar de muito interessante o trabalho em questão para o Poder

Local e, felizmente, dá-nos alguma razão e ao nosso trabalho em prol das populações. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar a palavra aos membros do órgão deliberativo, informando que o senhor Presidente da Câmara Municipal usará da palavra sempre que forem dirigidas questões ao exercício da Câmara Municipal.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão iniciou a sua intervenção apresentando felicitações à Câmara Municipal pela realização da 1ª Gala de Mérito Desportivo, iniciativa que considera importante e interessante, pois reforça e homenageia todos os desportistas do concelho, os quais exercem um papel ao nível local, nacional e internacional, entendendo que se deve homenagear como forma de agradecer e também de apoiar a prática desportiva. Contudo, referiu ter pesquisado a página do Município e da pesquisa efetuada não encontrou o Regulamento para atribuição de Prémios, uma vez que o mesmo existe em outros Municípios conforme consulta que fez, realçando que o documento eventualmente poderá existir e da pesquisa efetuada poderá não o ter encontrado. Porém, caso o documento não exista entende que deveria existir para que defina os critérios para obtenção do prémio, a comissão de avaliação, como é feita a escolha dos desportistas que irão ser homenageados, as formas de votação, entre outros. Referiu que no que concerne à Personalidade Desportista referiu não concordar com a votação nas redes sociais, por entender que se traduz no voto de simpatia e amizade, sendo permitido votar nos três candidatos e, pelo facto de estarmos a falar de pessoas deverá haver alguma sensibilidade porquanto os mesmos até poderão ficar incomodados com quem vota, sendo que nas redes sociais os votos são visíveis, ou seja, poder-se-á saber quem votou em quem, pelo que entende que deveria haver um maior rigor nessa votação, tal como o é no Orçamento Participativo. Ainda sobre a atribuição dos prémios referiu que não existindo Regulamento questionou quem é que escolheu a Comissão de Avaliação e também como é que foram definidos os critérios.-----

-----Relativamente ao alcatroamento das ruas que servem as aldeia do Colmeal, Cadafaz e do Sobral, com alguma incidência nas do Colmeal, porquanto ficou estupefacta com um acontecimento datado de maio aquando o Rally de Portugal, em que se verificou a estabilização do piso ao nível de tapar alguns buracos tendo sido alcatroado o ramal onde a prova finalizou, o que fez sentido, apesar de entender que houve um melhoramento do piso, mas não a 100%, e tendo sobrado talvez “meio balde de alcatrão” foi tomado o procedimento de tapar um único buraco numa das ruas do Colmeal, provavelmente situação do desconhecimento do senhor Presidente da Câmara Municipal, todavia a pessoa que tem

responsabilidades deste serviço deveria ter tido a sensibilidade e não ter feito o que fez, uma vez que não resolveu o problema do ramal, nem o problema existente na rua em que foi apenas tapado um buraco. Ainda sobre pisos a necessitarem de intervenção referiu que também as ruas do Cadafaz e do Sobral carecem de serem intervencionadas ao nível da colocação de betuminoso. Nesse sentido, solicitou ao senhor Presidente, caso seja possível, antes do período eleitoral, que se procedesse à colocação de betuminoso do interior da aldeia do Colmeal o que dificulta a circulação de viaturas. Mais referiu a necessidade colocada uma palavra informativa de Góis na entrada do Colmeal, ou seja, quem vem na estrada municipal do lado do rio para dentro da povoação o GPS informa que se deve tomar como direção a citada rua o que dificulta a circulação de algumas viaturas no interior da localidade devido ao seu volume danificando as mesmas e alguns imóveis.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à da 1ª Gala de Mérito Desportivo referiu que foram delineadas normas de acordo com a nossa realidade tendo para o efeito havido um trabalho conjunto entre instituições concelhias tendo as mesmas indicado alguns dos atletas homenageados, concordando que este tipo de iniciativa merece que haja um regulamento pelo que será elaborado o mesmo para que hajam regras e critérios na atribuição das referidas distinções. Quanto à forma utilizada, neste ano, para votação na personalidade, foi a forma escolhida entre as que foram apresentadas pela equipa técnica, é um facto que esta pode ser contestada, pelo que também esta votação terá sempre que estar devidamente regulamentada, precisamente para não ferir qualquer suscetibilidade de ambas as partes.-----

-----Relativamente à questão do alcatroamento referiu ter sido uma intervenção residual, salientando que no presente ano estiveram quatro meses praticamente sempre a chover tendo limitado muito a intenção do Município de efetuar alguns alcatroamentos, tendo parte destes sido efetuados, na zona de Albergaria e o acesso a Carvalhal Miúdo, pois trata-se de um investimento solicitado há muitos anos pelos proprietários com residências nesta aldeia e também pelo facto de estar bastante degradada, existindo efetivamente mais vias no concelho com as mesmas necessidades, sendo exemplo disso na freguesias de Alvares, em que tanto em sede de reunião da Câmara Municipal na freguesia de Alvares, com o próprio Presidente da Freguesia de Alvares foi manifestada a necessidade de intervenção em algumas vias daquela freguesia. É uma realidade que não podemos atender simultaneamente a todos os pedidos pelo facto de apesar de termos equipamento para o efeito termos que proceder à aquisição de betuminoso, havendo um conjunto de alcatroamentos sinalizados para que numa próxima oportunidade serem os trabalhos realizados. Sobre a placa identificativa referiu que irá dar indicação aos serviços para se deslocarem ao local para verificarem a situação e procederem à colocação da mesma.-----

-----A senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões na sequência das palavras do senhor Presidente sobre a intervenção na estrada de Carvalhal Miúdo referiu que a mesma não é apenas só para quem tem lá casa, mas também para quem tem propriedades nesta aldeia. Sobre limpezas referiu que na Rua da Costeirinha foi feita a limpeza ao excesso de ervas, porém na parte da frente do seu prédio foi deixado um canteiro com erva. Referiu que na localidade do Esporão existe uma Rua denominada como Carvalha Velha, que liga a EN2 às oficinas, armazém do gás, tendo nessa mesma rua uma residência habitada, fazendo ligação à estrada para a localidade de Ribeira, necessitando a mesma de ser alcatroada. Ainda nessa mesma rua referiu a existência de duas bocas de incêndios, em que é visível constantemente no local viaturas da APIN, devendo na mesma existir uma boa sarjeta, por forma a resolver o problema na EN2 motivo de algumas das suas intervenções aquando a existência de maior pluviosidade, salientando que a rua em questão é pública e não privada. Ainda nessa mesma rua referiu ter sido recentemente colocado um monte de terra, junto da cabine elétrica, que tapou uma grelha. Sobre as casas adquiridas pela Câmara Municipal em Ponte do Sótão e Vila Nova do Ceira questionou sobre o destino a dar às mesmas. Terminou, referindo que aquando a deslocação para a presente sessão junto do Posto de Turismo cruzou-se com um casal que andava à procura da Casa da Lavra de Baixo, pois quando visitaram Góis a mesma encontrava-se à venda, tendo para o efeito explicado que a Câmara Municipal a adquiriu pelo que nesse sentido questionou o ponto de situação do projeto, questionando também se não seria interessante saber qual a intenção do casal sobre o imóvel e até mesmo se não valerá a pena a Câmara Municipal abrir mão desse imóvel e negociar com os interessados. Um outro assunto é sobre os transportes públicos uma vez que o autocarro que serve a povoação da Pena no regresso não traz passageiros porquanto o circuito termina na Pena, questionando a veracidade desta informação.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação às duas casas adquiridas pelo Município referiu terem sido no âmbito de uma candidatura apresentada ao Programa 1º Direito, tendo o Município e outros ficado de fora do limite de casas abrangidas do financiamento, sendo um projeto que se encontra a ser discutido com o IRHU no sentido dos Municípios que não foram financeiramente abrangidos poderem vir a fazer intervenções com financiamento através de uma possível linha de financiamento. Acresce que estas duas habitações foram adquiridas, por expensas próprias, pelo facto de ter havido um compromisso inicial, sendo que ambas as casas necessitam de alguns benefícios, uma das quais um pouco mais profundos, sendo por essas razões que ainda não foram disponibilizadas. Sobre o projeto da Casa da Lavra de Baixo referiu que está em fase final, informando que ninguém se dirigiu ao Município a questionar sobre o imóvel, estando recetivo a proceder a informação sobre o imóvel. Sobre o trajeto do transporte público para a aldeia da Pena informou não disponibilizar de informação sobre a questão

apresentada pelo que oportunamente será a mesma esclarecida. Prevaleceu-se para informar que a nova operadora de transportes na região da CIM RC, a Busway, irá entrar em funcionamento no dia 01.08.25.-

-----O senhor António Alberto Figueiredo Machado, em nome da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, apresentou publicamente um agradecimento à Marcha de S. Pedro de Vila Nova do Ceira, nas pessoas das senhoras Isabel Carvalho, Margarida Ferreira, Rui Silva, por terem organizado esta marcha, agradecimento extensivo ao ensaiador, Hernâni Alvarinhas, e, naturalmente aos marchantes e músicos. Agradeceu também aos organizadores da Marcha Infantil de Vila Nova do Ceira, Marina Serra e Ângela Garcia, ao ensaiador João Silva e, em especial, a todas as crianças participantes, bem como aos pais pela colaboração prestada. Felicitou a Associação de Juventude de Vila Nova do Ceira pela inauguração da sua sede e pela programação com que brindou todos que se associaram a esta iniciativa. -----

-----Um outro assunto que merece o seu reconhecimento foi o alcatroamento de algumas estradas na freguesia que preside, nomeadamente a do Casal da Ribeira e da Chapinheira, salientando que a aquisição do betuminoso foi da responsabilidade de Junta de Freguesia, tendo os funcionários da Câmara Municipal procedido à colocação pelo que agradeceu à Câmara Municipal e respetivos trabalhadores. Ainda sobre este assunto referiu ter solicitado um orçamento para esse mesmo efeito o qual rondava os vinte mil euros, sendo que por metade do preço foi possível a realização do trabalho porquanto a Câmara Municipal disponibilizou o equipamento e recursos humanos para esse mesmo efeito, pelo que reiterou o seu agradecimento, informando que em três dias e meio foram alcatroados 900m² na estrada do Casal da Ribeira e 700m² na Chapinheira, enaltecendo o esforço feito pelos trabalhadores, facto que não pôde deixar de fazer referência.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte relativamente à Travessa da Fonte, em Amioso, freguesia de Alvares, referiu que o Executivo já tomou uma deliberação sobre este processo questionando qual o procedimento seguinte que será tomado pela Câmara Municipal. Sobre o Parque de Lazer das Cortes referiu que o Executivo também deliberou no sentido de abertura de procedimento para a empreitada deste projeto pelo aguarda que esta fase se inicie para que a obra possa avançar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o processo da Travessa da Fonte referiu que a Câmara Municipal deliberou a demolição do muro sendo que, de acordo com a legislação, teremos que dar o direito a audição a quem terá que cumprir com a referida deliberação, dentro de um prazo estabelecido, pelo que aguardamos pronuncia. Sobre o projeto do Parque da Selada informou que se encontra nos serviços da contratação pública para ser lançado o respetivo procedimento para a contratação a empreitada.-----

-----A senhora Filomena Maria de Matos Geraldês iniciou a sua intervenção saudando o município por

continuar a realizar um grande número de atividades que se vão sendo dinamizadas no nosso concelho de âmbito desportivo e cultural umas vezes sozinho outras em cooperação com outras instituições. Agradeceu, também, a todos aqueles que contribuíram e que deram o seu melhor para as realizar, uns, dentro das funções que ocupam nas instituições em que trabalham, mas muitos, da sociedade civil que dão um pouco de si e do seu tempo em prol do coletivo. Relativamente às dinamizadas pelo município destaco e parabeno-o pela realização da primeira Gala de Mérito Desportivo de Góis: uma excelente maneira de reconhecer publicamente o esforço, a dedicação e as conquistas dos nossos atletas. Relativamente às comemorações do Dia Mundial da Criança, realizada no dia 1 de junho no Parque de Lazer do Cerejal, em parceria com a Junta de Freguesia de Góis, CPCJ Góis, Alves Bandeira, Bombeiros Voluntários de Góis, UCC Góis Vive e as 3 associações juvenis locais – a Associação de Juventude de Góis, a Associação de Juventude de Vila Nova do Ceira e o Grupo de Jovens Alvarenses – uma atividade bem sucedida que atraiu muitas crianças e as suas famílias proporcionando-lhes momentos únicos e memoráveis, bem como a que se realizou em colaboração com as escolas em que o Município de Góis convidou o Circo Marisol para uma apresentação, na Casa da Cultura de Góis, destinada a todas as crianças e jovens do agrupamento. Parabenoizou, a freguesia de Vila Nova do Ceira pelo seu 98º Aniversário, a Junta de freguesia e todas as que colaboraram na organização das atividades em torno deste evento destaco a Caminhada Solidária organizada pela Cooperativa e VNC e o III Feira sem regras e III Festival das Sopas que contou com a colaboração de 9 coletividades da freguesia, nomeadamente a Associação de Juventude de Vila Nova do Ceira, a Associação dos Amigos da Várzea Pequena, a Associação dos Amigos de Santa Bárbara, a Casa do Povo de Vila Nova do Ceira, a Comissão de Festas de Chapinheira, a Filarmónica Varzeense, o Grupo de Músicas e Cantares da Várzea, a Palavra Renovada e o Rancho Mensageiros da Alegria. Parabenoizou o Município de Góis e a APIN pelo facto de ter investido numa nova infraestrutura de saneamento e abastecimento de água nos Carvalhais, na Freguesia de VNC. Esta obra, no montante de 100.000,00€, valor a suportar na íntegra pela APIN, com o prazo de execução de 60 dias, consiste na construção de 700 metros da rede de águas residuais de saneamento e substituição de 200 metros da rede de abastecimento de água. Este investimento tem uma importância significativa para a freguesia de VNC, quer para os habitantes locais, como a nível ambiental, mais precisamente para a Praia Fluvial das Canaveias, em Vila Nova do Ceira, que devido ao mau saneamento, levou à perda do Galardão Bandeira Azul. Por último, congratulou-se pelo facto da Rota da Estrada Nacional 2 ter sido distinguida como Rota Internacional nos Prémios Mototurismo 2025. Foi eleita Rota Internacional do Ano na IV edição dos Prémios Mototurismo 2025, um dos mais prestigiados eventos do setor realizados em Espanha, que distingue anualmente as melhores iniciativas de promoção do turismo em duas rodas.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que apesar de concordar com os elogios apresentados, pela senhora Filomena Maria de Matos Geraldês e do senhor António Alberto Figueiredo Machado, às iniciativas e trabalhos realizados na freguesia de Vila Nova do Ceira, referiu que efetivamente outras coisas existem que também deveriam efetivamente ser vistas, ou seja, recentemente a EN2 foi galardoada como Rota Internacional do Ano nos Prémios Mototurismo 2025, em Espanha, porém lembrou que quem entra no concelho de Góis, por Vila Nova de Poiares, as bermas necessitam de ser limpas, podendo a resposta ser irão ser brevemente limpas ou que ainda não houve essa mesma oportunidade, entendendo que sempre que há essa mesma necessidade terá que se proceder aos devidos trabalhos, por efetivamente ser uma das entradas do concelho. Relativamente à Praia das Canaveias referiu que, apesar de ser um local apazível, tem estado ao abandono, sendo que a Junta de Freguesia também poderia tomar algum procedimento para reverter a situação, as passadeiras existentes têm tábuas podres, os terrenos que a Câmara Municipal adquiriu não encontram-se limpos, a iluminação na parte de baixo deste espaço não está em funcionamento, sendo estas pequenas coisas que se estivessem bem dariam uma outra imagem a este espaço balnear, realçando que a autarquia tem feito um bom trabalho nesta área, porém acha que deveria ter um maior cuidado nesta zona. Na EN 342-3, junto à zona do Adro, em Vila Nova do Ceira, no piso, junto à antiga residência do pároco, existe uma chapa metálica que com a passagem de viaturas no local entoa um ruído, ruído esse com maior sonoridade durante o período noturno, causando algum tipo de transtorno, solicitando a verificação desta situação. Por último questionou sobre a evolução relativa à intenção da empresa Mota-Engil em investir em Góis.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à limpeza das ervas referiu que também já saiu do concelho e também pôde constatar a falta de limpeza não somente quando se entra no nosso território mencionando que até ao momento a intervenção na zona apontada ainda não foi efetuada apesar de a mesma já se encontrar agendada. Em relação à Praia das Canaveias referiu que as tábuas já foram substituídas e brevemente proceder-se-á à limpeza de todo o espaço e zona envolvente, sendo um facto que os trabalhadores da Câmara Municipal não poderão estar em todo o lado ao mesmo tempo, sendo que devido à dimensão do nosso concelho é impossível a realização simultânea dos trabalhos sinalizados. Em relação à chapa existente no piso da EN342-3 informou que irá dar indicação aos serviços para se deslocarem ao local e verificarem essa situação. Em relação ao investimento que a empresa Mota-Engil informou ser pretensão investir na carvalhinha, mas fruto do protocolo estabelecido com a Lusiaves terá que previamente existir um acordo entre ambas as partes, estando prevista reunião com a Lusiaves na próxima semana relativo ao investimento que pretendem realizar no concelho.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura iniciou a sua intervenção propondo à Assembleia Municipal

um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Valentim Antunes Rosa, que ao longo da sua vida desempenhou vários papéis no seio da nossa comunidade, foi autarca de freguesia e membro integrante da lista do PS à Assembleia Municipal, nas últimas eleições autárquicas, dirigente associativo da Santa Casa da Misericórdia de Góis, durante vários mandatos, integrou a direção da Associação de Desenvolvimento da Beira Serra, bem como os corpos sociais da Comissão de Melhoramentos da Povoação de Corterredor, sendo um homem bastante ativo na ajuda ao próximo e na preservação dos usos e costumes da nossa região.-----

-----Seguidamente fez alusão ao Rally de Portugal por ser o maior evento desportivo a nível nacional tendo um impacto económico significativo no nosso território, sendo uma prova a que deve ser dada continuidade face à promoção e divulgação do nosso concelho internacionalmente. Fez também alusão ao Podcast “Perto”, com João Manzarra e Filomena Cautela nas nossas Aldeias do Xisto. Relativamente ao Orçamento Participativo referiu que tendo em conta o número de propostas submetidas na plataforma do OP Góis não haverá lugar à votação nesta fase, pelo que face ao número reduzido de participações considera que o Regulamento deveria ser objeto de alteração para que fosse mais apelativo no que concerne à apresentação de propostas. Mencionou o novo projeto de desenvolvimento social CLDS 5G "Góis em Rede+: Inclusivo, Empreendedor e Ligado", promovido pela ADIBER, o qual pretende promover o desenvolvimento social sustentável e a inclusão e coesão das comunidades locais. No âmbito da comemoração dos Santos Populares evidenciou a apresentação das Marchas Populares, no passado sábado, no Parque do Cerejal, e no próximo em Vila Nova do Ceira, tendo de igual modo, evidenciado o início do torneio GóisCUP sendo importante o impacto que este evento traz para Góis, felicitando a organização e o Município de Góis pelo apoio e colaboração nesta iniciativa. Felicitou a Associação de Juventude de Vila Nova do Ceira pela recente inauguração da sua sede, votos extensivos à Comissão de Melhoramentos das Cortes por mais uma edição da Feira Sustentável, ainda nesta freguesia salientou a recuperação da bandeira azul na Praia Fluvial de Alvares.-----

-----Seguidamente, referiu por ser este o último ano do mandato em curso e, volvidos seis meses do último ano, pode-se constatar que assistimos a uma repetição dos trabalhos dos anos anteriores onde se dá uma maior destaque às festas, ou seja, começa-se o ano a pensar no Carnaval, este ano houve mais uma novidade, a Gala de Mérito no Desporto, iniciativa que felicitou, mas depois pensa-se na BTL, no Rally de Portugal, as Festas do Concelho e pouco mais. Pelo que questionou o trabalho que tem sido feito relativamente a áreas importantes como a habitação, onde está incluído o tão aguardado projeto de loteamento do parque do Baião, o apoio aos jovens, uma das medidas prometidas pelo PSD, o apoio às empresas, não existindo uma zona industrial digna, bem como o incentivo para a implementação de novas

empresas no concelho, na área da saúde onde cada vez mais assistimos a muitas queixas da população relativas ao funcionamento do Centro de Saúde, entendendo que o Município deveria ter um papel mais ativo, assim como, no encerramento constante dos serviços do Registo Civil e também na alteração da localização da CGD sendo esta o princípio do encerramento deste serviço num futuro próximo na Vila de Góis. Sobre obras importantes enumerou a Casa-Museu Alice Sande, a Ciclovia, a inacreditável situação da Casa da Lavra de Baixo na qual a Câmara Municipal exerceu o direito de preferência na aquisição deste imóvel e, volvidos, estes três anos, já poderíamos ter na mesma um investimento privado, sendo que até à data ainda não foi apresentado um projeto para este imóvel, quando dispõe de inúmeras instalações, o Mercado Municipal, a EB de Vila Nova do Ceira, entre outros projetos.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal em virtude de o senhor Ricardo José Duarte Ventura ter proposto um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Valentim Antunes Rosa colocou-o à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, o qual será dado conhecimento aos familiares.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o senhor Ricardo Ventura fez uma intervenção na esteira que tem sido as suas intervenções ao longo do presente mandato, fez alguns elogios sobre algumas iniciativas e projetos, porém importa referir que a entidade promotora do CLDS 5G é o Município de Góis e a entidade coordenadora e executora a Associação de Desenvolvimento da Beira Serra. Referiu que o membro da Assembleia Municipal elencou um conjunto de iniciativas na ótica de dar a entender que ao longo do ano o trabalho apresentado é muito pouco o que não corresponde à verdade, provavelmente, no passado, não se realizavam eventos, que trariam um maior número de pessoas ao concelho pelo que, atualmente, pode-se constatar o número de pessoas que estes eventos trazem a Góis permitindo haver uma maior dinamização da economia local. Relativamente à habitação referiu que o projeto de loteamento encontra-se em fase de conclusão, salientando que este terá que ser feito com um projeto, que até ao início deste mandato, não existia. Relativamente ao apoio às empresas referiu a existência de um Regulamento para esse mesmo efeito, havendo sempre a possibilidade de ser apresentada uma proposta de alteração ao documento, existindo também um protocolo com Associação Empresarial da Serra da Lousã (AESL) onde já foram dinamizadas algumas atividades, sendo um facto que participam nestas um número reduzido de empresas. Sobre o Centro de Saúde de Góis referiu ter ficado estupefacto quando foi mencionado que a Câmara Municipal não poderá ter um papel de espetador referindo que provavelmente não tem acompanhado o trabalho da Autarquia nesta área, pois em sede do Executivo é um assunto, várias vezes, abordado, tendo dado conhecimento de quais são os constrangimentos existentes em termos de atendimento, o número de médicos existente, sendo este superior ao rácio da população, sendo o problema a existência de duas médicas de baixa, não permitindo

os contratos existentes com os médicos de serviço que estes possam exercer as suas funções todo o dia, facto que a Câmara Municipal não poderá intervir, mas sim quem gere esta unidade. Referiu que a sua pessoa não tem sido um espetador naquilo que é o funcionamento do Centro de Saúde, muito pelo contrário, tem sido um ator interventivo e caso assim não o fosse a extensão de saúde de Alvares ainda se encontrava fechada. Todavia, referiu que fruto da sua persistência em princípio, a partir da próxima segunda-feira, irá estar ao serviço mais uma médica, onde irá exercer as suas funções, durante dois dias completos, 2ª e 3ª feira, com a possibilidade de poder estar em regime de permanência. Em relação ao funcionamento da Conservatória referiu que também não tem sido espetador realçando que apesar de ser um serviço público a Câmara Municipal não tem qualquer responsabilidade do mesmo, contudo teve como procedimento abrir um procedimento concursal para recrutamento de uma pessoa, porém a pessoa vencedora face às suas contingências teve que ficar a trabalhar no Município, sendo que tem sido sua prática sempre que os serviços se encontram encerrados manifestar a sua preocupação junto do IRN. Trata-se de um problema da administração central, porque quem esteve a governar o país deixou chegar os serviços a este ponto, tendo sido informado que iriam ser abertos concursos para preenchimento de alguns lugares, os quais iriam ser céleres, facto que não veio a acontecer. Porém, por não ser um mero espetador a Câmara Municipal disponibilizou um trabalhador para o exercício de funções no serviço local de Finanças tendo o mesmo consolidado o seu lugar na AT permitindo que, no futuro, não aconteça neste serviço, o que está a acontecer nos serviços a Conservatória. Em relação ao conjunto de investimentos elencado referiu que não se deve esquecer a existência de alguns projetos que estão alocados a financiamento do PRR que têm prazos e aviso de abertura e que têm projetos em fase de conclusão para que possamos apresentar candidaturas quando os avisos abrirem e em algumas das situações referidas são precisamente para se apresentar candidatura, assim como foi feito para a Casa da Natureza e Parque do Cerejal e zona envolvente, junto do Turismo de Portugal. Porque também não temos tido inércia foi fruto das diligências tomadas e de termos concorrido a um financiamento através da CCDRC, através de um contrato-programa, que o Parque da Selada, cujo procedimento para a sua construção se encontra em fase de lançamento, para que este investimento se possa vir a realizar por ser um anseio dos munícipes das Cortes e da freguesia de Alvares.-----

-----O senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira agradeceu o esforço que a Câmara Municipal tem vindo a fazer no que concerne às pavimentações que tem vindo a realizar na freguesia de Góis, com destaque para a aldeia de Carvalhal Miúdo por ser um anseio há muito das gentes desta terra. Destacou também a enorme luta que a Câmara Municipal e a Comissão de Melhoramentos de Cortes tem feito relativamente ao Parque da Selada cujo projeto foi objeto de financiamento, felicitando estas duas

entidades por este feito.-----

-----O senhor Antonino dos Prazeres Antunes iniciou a sua intervenção solicitando esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara Municipal da bomba de Alvares para abastecimento de veículos dos Bombeiros porquanto se trata de uma obra que se iniciou há cerca de dois anos sendo que até à data ainda não se encontra concluída, realçando que recentemente nesta freguesia já ocorreu um incêndio. Questionou se esta obra ficou com algum gerador, porquanto durante uma falha de energia, aquando a ocorrência de um incêndio, podem as viaturas não terem condições para abastecimento. Referiu que a represa da ribeira em Amioso Cimeiro, até 3ª feira, ainda não se encontrava tapada, bem como a de Mega Cimeira, compreendendo as palavras de agradecimento do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira sobre o alcatroamento do piso de duas ruas na freguesia que preside, mas depois existem trabalhos que ficam por fazer como os que elencou, mencionando que, no uso da palavra em anterior sessão da Assembleia Municipal, referiu que se comprem máquinas e depois não há pessoal para trabalhar com as mesmas e, depois há trabalhos que ficam por fazer. Um outro assunto é a ampliação da zona industrial pois o trabalhador da Câmara Municipal, Rui Catarino, solicitou a sua ajuda neste processo para que contactasse os proprietários dos terrenos contínuos à atual zona industrial, um dos quais até tinha a intenção de vender a sua propriedade tendo a sua pessoa levado a que não o fizesse por ser intenção da Câmara Municipal expandir toda esta zona. Acresce que alguns dos proprietários já se dirigiram à sua pessoa a informar que ainda não foram contactados pela Câmara Municipal, tendo sido a sua pessoa que deu a cara perante os proprietários e até à data ainda nada foi feito. Em relação à Rua do Camelinho referiu que os trabalhos estiveram previstos se iniciarem no mês de novembro passado sendo que estamos praticamente no mês de julho e a obra ainda não se encontra concluída solicitando que seja finalizada no mais breve curto espaço de tempo. Sobre a rede elétrica referiu que está prevista a passagem de uma linha idêntica à que se encontra no alto das Cabeçadas a qual tem 400 mil watts, sendo lamentável que esta linha vinda de Anadia seguindo para Abrantes passe ali questionando o porquê de a passagem ser diferente da que se encontra em funcionamento, tendo solicitado que a Câmara Municipal interceda neste processo.-----

-----Dada a palavra o senhor António Alberto Figueiredo Machado, em defesa da honra, referiu que o senhor Antonino dos Prazeres Antunes apresentou a sua preocupação pelo facto de a Câmara Municipal ainda não ter tapado duas ribeiras em detrimento dos trabalhos de alcatroamento realizados em Vila Nova do Ceira, informando que na freguesia que preside esse mesmo trabalho é feito pela Junta de Freguesia, i.e., são tapados quatro açudes com 25 metros de comprimento, não solicitando a realização desse mesmo trabalho à Câmara Municipal, trabalho esse, pela sua dimensão, que também poderia ser

realizado na freguesia de Alvares pela Junta de Freguesia.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que já previa que uma das questões na presente sessão seria sobre a bomba de Alvares pelo que informou que na próxima semana a mesma já se encontrará em funcionamento, informando ainda que o trabalho realizado pela Câmara Municipal foi feito numa primeira fase e a fase seguinte coube à empresa responsável colocar o equipamento em funcionamento. Em relação ao incêndio referiu que a informação que possuiu é que haveria a possibilidade de numa zona próxima ao mesmo as viaturas abastecerem os tanques caso houvesse essa mesma necessidade. Sobre as referidas represas informou que irá indagar junto dos serviços, salientando que devido às temperaturas que se fizeram sentir houve um maior fluxo de pessoas a algumas zonas balneares havendo um esforço dos serviços para que os trabalhos estejam prontos antes do início da época balnear. Em relação à ampliação da zona industrial referiu que o referido trabalhador se encontra a tomar os procedimentos para esse mesmo efeito, junto dos proprietários dos terrenos contínuos, não tendo presentemente mais informação para que possa proceder a um outro esclarecimento. Sobre a Rua do Camelinho fez menção ao estado do tempo de janeiro a abril tendo as condições atmosféricas que se fizeram sentir, chuva, impedido de a obra se iniciar, sendo que atualmente se encontram a realizar os trabalhos nas bermas, tendo apenas a Autarquia um calceteiro para este tipo de serviço, para que posteriormente se possa proceder ao alcatroamento desta via. Lembrou que há muitos anos se fala da necessidade de se intervir nesta rua, conforme pôde ouvir em algumas reuniões da Câmara Municipal e sessões da Assembleia Municipal, no anterior mandato, pelo que atualmente se encontra na fase final e mesmo assim continua a ser um problema. Em relação à citada linha paralela referiu que o Município foi abordado pela rede elétrica nacional porquanto irá ser implementada a passagem de uma linha paralela à linha de alta tensão existente, tendo sido realizada reunião com os senhores Presidentes das Freguesias, conjuntamente com a entidade que a está a promover, tendo sido disponibilizado o projeto que está previsto, pelo que todos tiveram a oportunidade de se pronunciar. Acresce que, esta irá abranger vários municípios, da CIM RC, sendo que o que será mais afetado em todas as suas freguesias é o Município de Góis. Efetivamente irá haver compensações também para os particulares os quais são abordados diretamente pela REN. Neste momento, existe um projeto de linha definitiva, porém ainda não nos foi comunicado. É um processo que se encontra a ser acompanhado pelo Município sendo que quem irá fazer as negociações em nome do Município de Góis, através de uma conversa prévia, será a CIM RC, mas naturalmente que antes da decisão final convocará novamente os senhores Presidentes das Freguesias para se pronunciarem em relação ao impacto que terá em cada uma das freguesias do concelho. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão pelas 20.50 horas para intervalo, tendo a mesma sido retomada pelas 21.05 horas.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a presente proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal surge no âmbito de um dos objetivos do SIADAP impostos à Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto, que em virtude do despacho exarado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal presta também serviço à Assembleia Municipal. Referiu que as alterações propostas ao documento são de forma e não de conteúdo, sendo que maioritariamente as alterações são apenas de alteração de algumas palavras para letra maiúscula, bem como adaptar a escrita à linguagem promotora de igualdade de género, a alteração do local das sessões, a inserção da “apreciação e votação dos documentos de prestação de contas consolidadas devem ter lugar na sessão ordinária de junho do ano seguinte àquele a que respeitam e”, no ponto 2 do artigo 9º, e a inserção do envio da convocatória também por correio eletrónico, ponto 2, artigo 10º, e no artigo 20º - Período de intervenção do público, foi introduzido o preenchimento da declaração de consentimento de recolha e tratamento de imagem/vídeo/som de acordo com o Regulamento Municipal para esse mesmo efeito, constando o mesmo teor na redação o Artigo 26º., tendo sido acrescido o ponto 3. no artigo 44º, bem como a alteração da legislação em alguns pontos, tendo sido também colocado um terceiro ponto no artigo 61º. -----

-----A senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta referiu concordar com a proposta na sua globalidade, contudo não pode deixar de fazer referência à alteração do uso da linguagem masculina para a linguagem promotora de igualdade de género, sendo que se enveredarmos pela utilização deste tipo de linguagem teremos que colocar em todo o documento o o/a, sendo que numa próxima legislatura poderá eventualmente vir a alterar novamente, pelo que não lhe parece que seja pertinente essa alteração. Referiu não entender o porquê da troca da palavra reunião por sessão, porquanto consultados outros regimentos estes têm a reunião, não percebendo a distinção entre reunião e sessão, parecendo-lhe ser a mesma coisa no regimento. Propôs a alteração de “membros da Assembleia Municipal” por entender que a palavra “membros” se refere a uma parte do corpo humano, preferindo nomenclatura de “deputado municipal”. Um outro reparo é referente à numeração dada nos diversos pontos, ou seja, o ponto está com o número e as alíneas constantes no mesmo também são pontos, entendendo que ficaria melhor com alíneas. Por último, sendo esta a penúltima sessão da Assembleia Municipal referiu não se sentir

confortável em tomar uma deliberação sobre o assunto em questão, embora a proposta de alteração sejam pontos muito objetivos.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a proposta foi presente à Assembleia Municipal dentro do prazo imposto no referido objetivo, tendo sido presente a esta sessão, podendo o documento ser ou não ser objeto de deliberação. -----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que o regimento da Assembleia Municipal é um documento interno que estabelece as regras de organização, funcionamento e processo da Assembleia Municipal, incluindo a forma como exerce as suas competências, sendo perfeitamente justificável as alterações propostas, pelo sendo um documento dinâmico numa outra fase pode o documento vir a sofrer outro tipo de alterações, entendendo que o documento reúne condições para ser deliberado. -----

-----O senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira referiu que o documento deveria ser coerente em todas as referências, exemplificado com Câmara Municipal, ou seja, verifica-se a anotação em algumas situações para escrita em maiúscula e em outras situações não se verifica.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu ter também essa anotação, porém consultada a Técnica foi informada que colocou letra minúscula naquilo que decorre da lei, sendo que nas situações em que a palavra não decorre da lei foi colocada letra maiúscula, porém propôs que tanto a designação Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia apareçam no documento com letra maiúscula.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura referiu concordar com a proposta apresentada, saudando a inclusão as expressões de igualdade de género, entendendo que a proposta apresentada poderia ter sido conjunta com as bancadas e respetiva mesa da Assembleia Municipal.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que apesar de na legislação as palavras anteriormente referidas constarem em letra minúscula entende também que no Regimento deveriam constar em letra maiúscula, tendo de seguida apresentado as seguintes propostas de alteração, onde se refere a Uniões de Freguesia, deve ser retificado e ficar “União das Freguesias” e também na página 17, no que respeita às alíneas deveria ficar efetivamente com alíneas e não pontos, sendo que no concerne à linguagem inclusiva solicitou a retificação na pág. 4 “um/uma secretário/a”, sendo quando se refere a sessões, deverá a palavra estar em letra maiúscula, artigo 12º e 13º. Sobre a definição da palavra reunião e sessão, referiu que a sessão é única e que se pode dividir em várias reuniões.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal face às intervenções anteriores e propostas apresentadas referiu que deverão ser feitas as seguintes alterações ao documentos: alteração a letra minúscula de câmara municipal, assembleia municipal e junta de freguesia para letra maiúscula, bem

como alteração a designação de União de Freguesias para União das Freguesias, e verificar a palavra masculina e feminina em todas as situações, questionando à Assembleia Municipal se concordaram com as alterações ora propostas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DE GÓIS-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia onze de junho de dois mil e vinte e cinco, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Câmara Municipal referiu o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Góis que foi elaborado no ano de 2019 tendo estado em vigor até à presente data, sendo que esta é a primeira revisão ao documento, a qual contempla as alterações previstas nos diplomas legais para esse mesmo efeito. A informação técnica refere também terem sido incorporadas maioritariamente as recomendações sugeridas pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, tendo esta emitido um parecer, o qual não tem caráter vinculativo, tendo emitido recomendações tendo estas sido acauteladas e transcritas para o documento em análise. Referiu ainda que no documento se encontram especificados os modos de atuação dos diferentes organismos, serviços e estruturas envolvidas em operações de proteção civil assegurando assim uma resposta articulada e eficaz em caso de emergência tem um conjunto de medidas a implementar de modo a poder mitigar os riscos. -----

-----Relativamente à presente proposta referiu que a mesma elenca um conjunto de estruturas existentes no concelho de Góis pelo que chamou a atenção para pormenores que entende que devem ser objeto de correção, nomeadamente na parte de inventário e recursos, são elencados os Jardins de Infância existentes no concelho e também as EB's estando no mesmo quadro o Jardim de Infância de Góis que, possivelmente, o correto seria a EB de Góis, uma vez que o Jardim de Infância de Góis já se encontra mencionado no item anterior. Na listagem referente aos estabelecimentos comerciais existentes no concelho referiu que são elencados alguns estabelecimentos que já não se encontram em funcionamento, ou seja, o Serrano, na Av. António Augusto Nogueira Pereira, o Silvério também nessa mesma avenida, apesar de ali existir um estabelecimento do mesmo ramo o nome foi alterado, e o Café Ratoeira em Regateira que também se encontra encerrado.-----

-----Dada a palavra, o Técnico Marco Dias, referiu que efetivamente os estabelecimentos comerciais apontados já não existem sendo que na versão final a referida lista irá estar atualizada, sendo que

vigorando por um período irá ser sempre objeto de alteração deste item informando que a mesma tem acesso restrito.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal em relação aos cafés/snacks bar existentes referiu entender estar em falta um café existente em Ponte do Sótão, o café Barata. Na atribuição das viaturas existe uma viatura atribuída ao Chefe de Divisão da DGUPA, Dr. Rui Dias, pelo que importa também atualizar com o nome de quem presentemente ocupa esse mesmo cargo.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão na sequência da chamada de atenção feita pela senhora Presidente da Assembleia Municipal mencionou que também em relação às farmácias na freguesia de Alvares é feita a referência à Farmácia da Serra não sabendo se este estabelecimento ainda se encontra em funcionamento na localidade de Alvares. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de revisão do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Góis. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----**4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS/ANO 2024**-----

----- Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia onze de junho de dois mil e vinte e cinco, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas alterações, o órgão executivo deve apresentar ao órgão deliberativo os documentos de prestação de contas consolidadas de 2024, de forma a serem apreciados e votados na sessão ordinária do mês de junho de 2025, tendo de seguida dado conhecimento dos valores do exercício de 2024. Referiu que no anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2024, no item Ativo fixos e propriedade de investimento, no quadro relativo aos bens que devem ser considerados como Propriedades de investimentos, nos termos da NCP8, aparece o Pavilhão Industrial, Lote nº 3 – Fação A, Jardim, em que existe um contrato de arrendamento industrial, tendo a entidade, sendo que nas observações se refere a arrendamento, pelo que questionou se o referido pavilhão se encontra arrendado.-----

-----O senhor Presidente referiu que efetivamente a entidade se encontra incorreta, sendo que se trata do Pavilhão em que foi realizada hasta pública para o arrendamento, tendo efetivamente dado indicação aos serviços para procederem à alteração, tendo para o efeito solicitado esclarecimentos ao senhor Chefe da DAG. -----

-----Dada a palavra, o senhor Chefe da DAG informou que efetivamente se trata de um lapso, sendo que quando o mesmo foi verificado a documentação já teria sido encaminhada para o órgão deliberativo,

todavia o documento já se encontra corrigido.-----

-----A senhora Presidente referiu que, numa próxima oportunidade, seja entregue o documento correto no início da sessão e prestados os devidos esclarecimentos. Ainda nesse mesmo anexo, na página 18, nos processos judiciais, nos passivos contingentes, aparece o processo em que o autor é a Assembleia de Compartes da Freguesia de Colmeal, o réu o Município de Pampilhosa da Serra e os contrainteresados são o Município de Góis e o Município de Pampilhosa da Serra, é referido no ponto de situação que o mesmo aguarda sentença, pelo que questionou se esta situação ainda não foi resolvida.-----

-----O senhor Presidente referiu não ter presentemente informação suficiente para que possa prestar um esclarecimento mais aprofundado sobre o mesmo. -----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que em anteriores sessões da Assembleia Municipal já fez menção a esta situação aquando o uso da palavra no assunto referente ao relatório da atividade económica e financeira da Câmara Municipal, tendo o senhor Presidente informado que iria averiguar sobre o estado do processo em causa, é certo que o presente documento é relativo ao ano de 2024, porém no referido relatório referente ao ano de 2025 continua a constar no documento esse mesmo processo com a mesma denominação, a de que aguarda sentença.-----

-----O senhor Presidente referiu que para a elaboração do relatório da atividade económica e financeira da Câmara Municipal é sempre solicitado aos respetivos consultores jurídicos o estado em que se encontram os processos sendo o documento elaborado na informação prestada pelos mesmos. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com nove votos a favor e nove abstenções, aprovar a Prestação de Contas Consolidadas/Ano 2024 apresentando no exercício de 2024 e em termos numéricos os seguintes valores:-----

-----Relativamente ao Balanço:-----

-----Total do ativo: 34.759.315,92€;-----

-----Património Líquido: 29.273.144,97 €;-----

-----Passivo: 5.486.170,95 €.------

-----Relativamente à Demonstração de Resultados por Natureza:-----

-----Rendimentos: 10.216.327,20 €;-----

-----Gastos: 9.936.473,84 €;-----

-----Resultado líquido do exercício: 279.853,36 €;-----

-----Relativamente a Demonstrações de Fluxo de Caixa:-----

-----Recebimentos: 10.192.399,10 €;-----

-----Pagamentos: 9.348.817,96 €;-----

-----Relativamente à Demonstração de desempenho orçamental:-----
-----Recebimentos: 11.594.125,13€ (orçamental) e 82.287,85€ (operações de tesouraria);-----
-----Pagamentos: 9.287.656,58€ (orçamental) e 61.161,38€ (operações de tesouraria);-----
-----Saldos iniciais de operações orçamentais do desempenho orçamental: 1.484.013,88 €:-----
-----Saldos iniciais de operação de tesouraria do desempenho orçamental: 376.339,58 €;-----
-----Saldos finais de operações orçamentais do desempenho orçamental: 2.306.468,55 €;-----
-----Saldos finais de operações tesouraria do desempenho orçamental: 397.466,05€.-----
-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----5. CONHECIMENTO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS (RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE) /ANO 2024-----

-----Foi presente o Relatório Preliminar do Auditor Independente relativo à Certificação Legal de Contas Consolidadas/Ano de 2024, apresentado por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu ser sua questão o porquê de tanto no documento anterior com no presente não ser feita menção às contas da APIN, uma vez que o documento em apreço faz uma reserva à APIN pelo que questionou se se trata de um lapso, ou se não têm de ser presentes no documento, mas tendo a Câmara Municipal em sua posse as mesmas se estas lhe podem ser encaminhadas para ter conhecimento.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que essa situação foi questionada em sede do Executivo tendo a mesma sido esclarecida pelo Técnico. No que concerne à reserva a mesma não incide sobre o Município de Góis, mas sim com o investimento que a APIN efetuou no Município de Penacova, não reconhecendo esse Município a dívida, pelo que se encontra em litígio, sendo essa situação apontada pelos auditores, tendo para o efeito solicitado ao senhor Chefe da DAG que se pronunciasse.-----

-----Dada a palavra, o senhor Chefe da DAG em relação às contas da APIN informou que se trata de um documento público o qual se encontra publicado online, sendo o mesmo extenso, pelo que se optou não o imprimir, pelo que à semelhança do que fez para o Executivo poderá remeter o documento via e-mail o link de acesso ao documento.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu ter também dúvidas relativamente ao ponto 2. Bases de Opinião de Reservas, ou seja, *“Conforme descrito na nota 24 do anexo das contas da APIN a conta outros devedores apresenta um montante de 768 milhares de euros resultante de obras efetuadas pela APIN, cuja responsabilidade é do devedor, por não se enquadrarem nas atividades delegadas na APIN.*

A resposta recebida ao nosso pedido de confirmação revela diferenças entre o montante registado pela APIN e aquela que nos foi reportado pelo devedor. Os saldos registados na contabilidade apresentam um valor superior em 768 milhares de euros face à informação recebida do devedor pelo que não nos é possível concluir quanto à razoabilidade do referido montante.”, referindo ser no mínimo estranho pois não apresentam o valor concreto, apresentando um valor superior, questionando qual é verdadeiramente esse mesmo valor, entendendo que deveríamos ter acesso a essa mesma informação, pois a mesma não deverá ser um segredo de estado, sendo que o auditor deveria ter informado concreta e objetivamente qual o valor em questão. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que este valor tem a ver com a questão do Município de Penacova, não tendo conhecimento se o valor não foi mencionado pelo facto de estarmos perante uma situação de litígio.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----6. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS Nº 11/2025/REVISÃO AO ORÇAMENTO Nº 3 E REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) Nº 3-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia onze de junho de dois mil e vinte e cinco, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Modificação aos Documentos Previsionais nº 11/2025, composta pela Revisão ao Orçamento nº 3 e pela Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) nº 3, tendo a por base a seguinte fundamentação: Rubricas da receita: Abertura de nova rubrica orçamental com o código 050999 para reconhecimento de receita de distribuição de resultados de participações financeiras detidas pelo Município de Góis; Rubricas da despesa incluídas nas GOP: Abertura de novo projeto inserido no Objetivo n.º 3 “Funções Económicas” e programa n.º 320 “Indústria e Energia” com o código 3 320 2025/11 relativo à implementação do Sistema Intermunicipal de Autoconsumo Coletivo de Energia da Região de Coimbra, com distribuição de encargos para anos futuros de acordo com informação presente na discussão do referido assunto. Sobre este assunto referiu que o mesmo diz respeito às rubricas de receita à abertura de uma nova rubrica orçamental para conhecimento de receita de distribuição de resultados de participações financeiras detidas pelo Município Góis, questionando quais são essas mesmas participações financeiras.-----

-----O senhor Presidente informou que o senhor Chefe da DAG iria prestar os devidos esclarecimentos.

-----Dada a palavra, o senhor Chefe da DAG referiu que nas GOP o valor constante é para prever a situação que resulta da deliberação tomada em relação ao Ponto 3, da ordem do dia, sendo que em

relação à nova rubrica inserida no orçamento, na parte da receita, a mesma deveria ter sido incluída aquando elaboração do orçamento para prever a integração dos dividendos das empresas participadas e, neste caso, estamos a falar da Águas do Centro Litoral pois é a única que presentemente se prevê a integração desse mesmo saldo. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a ser verdade será uma boa noticia.----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Revisão ao Orçamento Nº 3 e a Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) Nº 3.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----7. CONHECIMENTO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ANO 2025 – COMUNICAÇÃO PERIÓDICA-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 12.12.2024, deliberou, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), na sua redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal, delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos: a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. No entanto, refere ainda a referida autorização prévia genérica que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da mesma. Neste sentido, deu conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos no período compreendido entre 01.04.2025 a 31.05.2025.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----7. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL-----

-----A senhora Presidente indagou, se sobre este Relatório, pretendiam os membros desta Assembleia alguns esclarecimentos, salientando que da análise efetuada pôde constatar que no terceiro parágrafo, da página 1, refere que “No presente *Relatório procura-se espelhar a atividade desenvolvida pela Câmara Municipal de Góis durante o período compreendido entre 1 de março a 30 de abril de 2025*”, não entendendo o porquê de não ser até 31 de maio pois já estamos na última semana do mês de junho,

evidenciando a situação financeira do Município de Góis à data de 28 de fevereiro de 2025, questionando se a referida data se encontra efetivamente correta, pois a correta deveria a 30 de abril. -----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu ser sua intenção colocar a mesma questão sobre a data pois o documento refere nos anexos 30.04.25, sendo outra questão o ponto de situação do Centro Cycling pois o documento faz referência a trabalhos a menos. Referiu que um outro assunto é apenas para fazer uma observação, ou seja, presumindo que os contratos patentes no documento têm o valor sem IVA, a Câmara Municipal irá gastar com o concerto do Nininho Vaz Maia o valor de 63.720,00€, cujo valor com IVA é de cerca de 78.000,00€, o que comparativamente ao valor anual que se atribui às freguesias, 80.000, 00€, é realmente motivo da sua de sua estupefação, pois gasta-se o mesmo valor num espetáculo que é dado às freguesias, quando é dito, algumas vezes, que não há possibilidade de apoiar com um maior montante as freguesias.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal apesar de ter percebido a comparação feita, informou que o valor do espetáculo inclui não só o pagamento ao artista, mas também o palco, som e luzes, camarins, refeições, alojamento, conforme consta no caderno de encargos, ficando ainda mais barato o contrato nestes moldes do que a Câmara Municipal estar a contratualizar os serviços separadamente. Deu a palavra à senhora Chefe da DGUPA para esclarecer a questão do Centro de Cycling.-----

-----Dada a palavra a senhora Chefe da DGUPA referiu a existência de um auto de trabalho a mais relativamente às placas a colocar no percurso tendo-se concluído que não eram necessárias tantas em relação ao projeto inicial que foi efetuado tendo sido, por esse mesmo facto, que houve trabalhos a menos, estando o projeto em fase final, estando em falta as ligações à parte elétrica e de abastecimento de águas porquanto esses trabalhos são da competência da Câmara Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**APROVAÇÕES EM MINUTA:** -----

-----Foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes aos pontos um antes da Ordem do dia e um a seis da Ordem do Dia.-----

-----**PÚBLICO**-----

-----a) O senhor João Reis Antão, munícipe residente em Cortes, freguesia de Alvares, referiu que a sua intervenção objetivava para que houvesse uma estratégia para o desenvolvimento de todo o concelho, tendo também como objetivo chegar a todos os grupos políticos de maneira a que não aconteçam erros como os que se verificaram ao longo de anos até à presente data. Um dos assuntos ora discutido e

deliberado foi a proposta de delegação de competências do município na comunidade intermunicipal da região de Coimbra necessária à implementação do sistema de autoconsumo coletivo de energia da região de Coimbra e à constituição das comunidades de energia renováveis, ou seja, para a instalação de painéis fotovoltaicos, recordando que a Câmara Municipal teve a oportunidade de instalar gratuitamente, no ano de 2017, na cobertura do pavilhão, entrando nos cofres da Câmara Municipal valores anuais, uma receita considerável, independentemente da quantidade de energia produzida, proposta apresentada em março de 2017, sendo que após essa data verificaram-se os incêndios, tendo havido também alteração do Secretário de Estado e a seguir gorou-se esta oportunidade por falta de decisão atempada, pois entre março e maio poder-se-ia ter decidido e, não se verificou qualquer decisão. Outras propostas foram seguidamente apresentadas, que também o foram goradas. Seguidamente aos incêndios a Lusíaves decide implementar várias unidades sendo nas quais é visível a existência de painéis fotovoltaicos, havendo uma empresa associada à mesma que faz essa mesma exploração energética, mencionando não sendo em vão que esta linha paralela passa no concelho, pois em Figueiró dos Vinhos está tudo virado a sul bem como aqui pelo que é fácil nos apercebermos o porquê. Referiu que uma empresa que representa tem estado em contacto com a Câmara Municipal não somente na questão da energia fotovoltaica, mas também com a questão da passagem das telecomunicações, tendo nesse sentido sido realizada reunião há cerca de dois anos com o Município de Góis. A questão que coloca em termos de estratégia, pois a Câmara Municipal terá que autorizar a passagem da rede pois não terá outra alternativa, sendo que a paisagem com a passagem desses cabos irá ficar com uma outra imagem. Ainda sobre estratégia referiu que o Parque da Selada foi o único projeto deste mandato que passados três anos foi o projeto aprovado, projeto esse pago pela Comissão de Melhoramentos de Cortes. Pelo que quando menciona a palavra estratégica é no sentido de todos os grupos políticos pensarem no programa que irão apresentar aos munícipes em 12.10.25.-----

-----A senhora Presidente da agradeceu a intervenção do munícipe.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão, pelas vinte e duas horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, pela senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, Primeira Secretária eleita pela Assembleia Municipal e pela senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, Segunda Secretária eleita pela Assembleia Municipal.-----



A Presidente da Assembleia Municipal

(Maria Helena Antunes Barata Moniz)

A Primeira Secretária

(Aida de Jesus Garcia Martins Baeta)

A Segunda Secretária

(Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões)